



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre, o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 44 milhões, contabilizando um Patrimônio Líquido de R\$ 3.588 milhões e Ativos Totais no montante de R\$ 4.732 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

A Instituição declara, também, em atendimento aos termos do Artigo 11º, do Regulamento Anexo à Resolução nº 4.122/12, do Conselho Monetário Nacional, que as operações da Instituição continuam em fase de adaptação para consecução dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Negócios submetido e aprovado pelo Banco Central do Brasil.

Atenciosamente.

Rio de Janeiro, RJ, 25 de julho de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
	2018	2017		2018	2017
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	2.145.341	3.755.136	CIRCULANTE	63.095	112.957
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	56	56	OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	1.319	1.318
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	1.834.362	2.968.742	Outras Instituições.....	1.319	1.318
Aplicações no Mercado Aberto	410.781	247.473	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6c).....	-	1.378
Depósitos Interfinanceiros	1.423.581	2.721.269	OUTRAS OBRIGAÇÕES	61.776	110.261
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	143.045	276.821	Sociais e Estatutárias (Nota 15c).....	10.540	15.768
Carteira Própria	68.896	203.955	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a).....	19.650	68.623
Vinculados à Prestação de Garantias	74.149	72.866	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.299	1.296
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7).....	4.066	23.733	Diversas (Nota 14b).....	30.287	24.574
Empréstimos e Financiamentos	4.192	24.467			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(126)	(734)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8).....	163.749	485.559	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.080.843	1.028.617
Rendas a Receber.....	1.173	1.218	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.080.843	1.028.617
Diversos.....	162.944	485.346	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a).....	163.403	140.357
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(368)	(1.005)	Diversas (Nota 14b).....	917.440	888.260
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)	63	225			
Outros Valores e Bens.....	93.799	97.245			
Provisões para Desvalorizações	(93.759)	(97.020)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15).....	3.587.848	4.873.765
Despesa Antecipada.....	23	-	Capital:		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.250.025	1.935.242	- De Domiciliados no País	3.087.000	3.087.000
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	70.341	172.740	Reservas de Lucros.....	496.733	1.785.619
Carteira Própria	33.406	131.544	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.115	1.146
Moedas de Privatização	36.935	41.196			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7).....	47.208	38.502	TOTAL	4.731.786	6.015.339
Empréstimos e Financiamentos	48.668	39.693			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.460)	(1.191)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8).....	2.132.476	1.724.000			
Rendas a Receber.....	8	14			
Diversos.....	2.135.000	1.726.759			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(2.532)	(2.773)			
PERMANENTE	336.420	324.961			
INVESTIMENTOS	335.964	324.310			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País (Nota 10).....	335.630	323.976			
Outros Investimentos.....	3.174	3.174			
Provisão para Perdas	(2.840)	(2.840)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11).....	323	404			
Outras Imobilizações de Uso.....	723	723			
Depreciações Acumuladas	(400)	(319)			
INTANGÍVEL (Nota 12).....	133	247			
Outros Ativos Intangíveis.....	565	565			
Amortizações Acumuladas	(432)	(318)			
TOTAL	4.731.786	6.015.339			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
	2018	2017		Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	73.561	108.725	Eventos						
Operações de Crédito	3.264	62.956	Saldos em 31.12.2016	3.087.000	198.923	1.536.073	(83.769)	-	4.738.227
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d).....	73.537	47.284	Ajustes de Avaliação						
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6d)	(3.240)	(1.515)	Patrimonial.....	-	-	-	84.915	-	84.915
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(264)	(764)	Lucro Líquido.....	-	-	-	-	66.391	66.391
Operações de Captações no Mercado.....	(372)	(5.071)	Destinações: Reservas....	-	3.320	47.303	-	(50.623)	-
Operações de Empréstimos e Repasses	-	(12)	Dividendos						
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	108	4.319	Propostos						
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	73.297	107.961	(Nota 15)....	-	-	-	-	(15.768)	(15.768)
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	4.263	(322)	Saldos em 30.6.2017	3.087.000	202.243	1.583.376	1.146	-	4.873.765
Despesas de Pessoal (Nota 16).....	(7.547)	(11.060)	Saldos em 31.12.2017	3.087.000	199.440	263.452	4.451	-	3.554.343
Outras Despesas Administrativas (Nota 17).....	(3.248)	(3.978)	Ajustes de Avaliação						
Despesas Tributárias (Nota 18).....	(4.679)	(12.746)	Patrimonial.....	-	-	-	(336)	-	(336)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10)	4.270	12.128	Lucro Líquido.....	-	-	-	-	44.381	-
Outras Receitas Operacionais (Nota 19).....	35.129	64.445	Destinações: Reservas....	-	2.219	31.622	-	(33.841)	33.841
Outras Despesas Operacionais (Nota 20).....	(19.662)	(49.111)	Dividendos						
RESULTADO OPERACIONAL	77.560	107.639	Propostos						
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21).....	1.675	4.085	(Nota 15)....	-	-	-	-	(10.540)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	79.235	111.724	Saldos em 30.6.2018	3.087.000	201.659	295.074	4.115	-	3.587.848
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 23)	(34.854)	(45.333)							
Provisão para Imposto de Renda	(22.326)	(57.773)							
Provisão para Contribuição Social	(16.614)	(44.816)							
Ativo Fiscal Diferido.....	4.086	57.256							
LUCRO LÍQUIDO	44.381	66.391							
Número de ações (Nota 15a)	155.463	155.463							
Lucro por ação em R\$.....	285,48	427,05							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	79.235	111.724
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	16.687	117.627
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(108)	(4.319)
Depreciações e Amortizações	96	97
Reversão de provisão por desvalorização de Ativos	(1.039)	(3.269)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(4.270)	(12.128)
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	17.039	30.492
Perdas por <i>Impairment</i> de Ativos.....	4.836	106.576
Outros	133	178
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	95.922	229.351
Varição de Ativos e Obrigações	264.797	16.259
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	250.657	(1.041.509)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	263.990	(3.762)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	8.176	1.241.029
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(37.344)	(25.480)
Aumento/(Redução) de Depósitos Interfinanceiros	(100.212)	-
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	6
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(8.659)	1.296
Impostos Pagos.....	(111.811)	(155.321)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	360.719	245.610
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda.....	(3.875)	56.259
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas.....	175	212
Aquisição de Intangível	-	(19)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(3.700)	56.452
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(2.460)	(59.458)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	(2.460)	(59.458)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	354.559	242.604
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	156.278	1.211.381
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	510.837	1.453.985
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	354.559	242.604

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), instituição financeira que tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertinentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas: carteira de arrendamento mercantil, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades. O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

continua...

...continuação



Bradesco Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e não classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

g) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, e retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano e móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por título e prazos

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos públicos	-	12.069	2.127	96.888	111.084
Letras financeiras do tesouro.....	-	12.069	2.127	59.953	74.149
Moedas de privatização.....	-	-	-	36.935	36.935
Títulos privados	4.609	33.511	13.541	50.641	102.302
Letras financeiras.....	4.609	33.511	13.541	17.235	68.896
Debêntures.....	-	-	-	33.406	33.406
Total em 2018	4.609	45.580	15.668	147.529	213.386
Total em 2017	-	132.860	25.999	290.702	449.561

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos para negociação (2):	4.609	45.580	15.668	77.188	143.045
Letras financeiras.....	4.609	33.511	13.541	17.235	68.896
Letras financeiras do tesouro.....	-	12.069	2.127	59.953	74.149
Títulos disponíveis para venda (3):	-	-	-	70.341	70.341
Moedas de privatização.....	-	-	-	36.935	36.935
Debêntures.....	-	-	-	33.406	33.406
Total em 2018	4.609	45.580	15.668	147.529	213.386
Total em 2017	-	132.860	25.999	290.702	449.561

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) No semestre findo em 30 de junho de 2018, houve perdas por *impairment*, no valor de R\$ 4.836 mil (2017 - R\$ 106.576 mil), relacionados a títulos classificados na categoria disponíveis para venda.

c) Instrumentos financeiros derivativos

O BERJ participava de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinavam a atender necessidades próprias. São operações de *swaps* de taxas de juros. A política de gestão de riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco.

As operações envolvendo contratos de *swaps* foram efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição.

Em 30 de junho de 2018, o BERJ não operava com instrumentos financeiros derivativos.

I) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2018		2017	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
Contratos de swap				
Posição ativa:	-	-	-	-
- IPCA.....	-	-	-	-
Posição passiva:	-	-	156.956	-
- IGP-M.....	-	-	156.956	-

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos e captações no mercado

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional.....	56	56
Total de disponibilidades (caixa)	56	56
Aplicações no mercado aberto (1).....	410.781	247.473
Aplicações em depósitos interfinanceiros (1).....	100.000	1.206.456
Total caixa e equivalentes de caixa	510.837	1.453.985

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	2018	2017
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
- Notas do Tesouro Nacional.....	410.781	-	-	-	410.781	-
- Letras do Tesouro Nacional.....	-	-	-	-	-	247.473
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
- Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	100.000	-	-	1.323.581	1.423.581	2.721.269
Total em 2018	510.781	-	-	1.323.581	1.834.362	-
%.....	27,8	-	-	72,2	100,0	-
Total em 2017	247.473	1.206.456	-	1.515.813	2.968.742	-
%.....	8,3	40,7	-	51,0	100,0	-

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendas de aplicações em operações comprissadas - posição bancada.....	5.964	12.347
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	50.120	94.246
Total (Nota 6d)	56.084	106.593

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Valor de mercado/contábil (1)	111.084	104.163
Valor de custo atualizado	104.163	104.163
Marcação a mercado	6.921	6.921
Valor de mercado/contábil (1)	111.084	111.084
Marcação a mercado	7.723	7.723

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos públicos	-	12.069	2.127	96.888	111.084
Letras financeiras do tesouro.....	-	12.069	2.127	59.953	74.149
Moedas de privatização.....	-	-	-	36.935	36.935
Títulos privados	4.609	33.511	13.541	50.641	102.302
Letras financeiras.....	4.609	33.511	13.541	17.235	68.896
Debêntures.....	-	-	-	33.406	33.406
Total em 2018	4.609	45.580	15.668	147.529	213.386
Total em 2017	-	132.860	25.999	290.702	449.561

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos para negociação (2):	4.609	45.580	15.668	77.188	143.045
Letras financeiras.....	4.609	33.511	13.541	17.235	68.896
Letras financeiras do tesouro.....	-	12.069	2.127	59.953	74.149
Títulos disponíveis para venda (3):	-	-	-	70.341	70.341
Moedas de privatização.....	-	-	-	36.935	36.935
Debêntures.....	-	-	-	33.406	33.406
Total em 2018	4.609	45.580	15.668	147.529	213.386
Total em 2017	-	132.860	25.999	290.702	449.561

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) No semestre findo em 30 de junho de 2018, houve perdas por *impairment*, no valor de R\$ 4.836 mil (2017 - R\$ 106.576 mil), relacionados a títulos classificados na categoria disponíveis para venda.

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	2018			2017		
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de swap						
Posição ativa:	-	-	-	-	-	-
- IPCA.....	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	-	-	-	1.378	-	1.378
- IGP-M.....	-	-				

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

III) Contratos de swap - (Notional)

	Em 30 de junho - R\$ mil			Acumulado em 30 de junho - R\$ mil		
	91 a 180 dias	Total		2018	2017	
		2018	2017		2018	2017
Contratos de swap.....	-	-	156.956	-	-	-
Total em 2018	-	-	-	-	-	-
Total em 2017	156.956	-	156.956	-	-	-

d) Resultados com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil		
	2018	2017	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	56.084	106.593	
Títulos de renda fixa.....	22.289	47.267	
Perdas permanentes.....	(4.836)	(106.576)	
Subtotal	73.537	47.284	
Resultado de operações com derivativos.....	(3.240)	(1.515)	
Total	70.297	45.769	

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Curso normal						2018 (A)	%	2017 (A)	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Operações de crédito	350	399	362	1.054	2.027	48.668	52.860	95,5	64.160	93,9
Empréstimos e títulos descontados.....	721	121	165	480	669	322	2.478	4,5	4.159	6,1
Outros créditos (1).....	1.071	520	527	1.534	2.696	48.990	55.338	100,0	-	-
Total em 2018	1.690	1.851	850	4.277	18.541	41.110	68.319	100,0	68.319	100,0

	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Curso anormal						2018 (B)	%	2017 (B)	%
	Parcelas vencidas									
1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
Operações de crédito	8	8	5	15	16	-	52	100,0	372	100,0
Outros créditos (1).....	8	8	5	15	16	-	52	100,0	-	-
Total em 2018	34	34	47	131	126	-	372	100,0	372	100,0

	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Curso anormal						Total geral (A+B+C)			
	Parcelas vencidas						2018 (C)	%	2017 (C)	%
1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
Operações de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e títulos descontados.....	7	8	8	23	47	80	173	100,0	614	100,0
Outros créditos (1).....	7	8	8	23	47	80	173	100,0	55.563	100,0
Total em 2018	29	29	27	90	145	294	614	100,0	69.305	100,0

(1) Outros créditos compreendem a devedores por compra de valores e bens.

b) Composição das operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Níveis de risco	Saldo da carteira					Provisão					Provisão mínima requerida %
	Curso normal	Curso anormal		Total	%	Específica		Genérica	Total		
		Vencidas	Vincendas			Vencidas	Vincendas		2018	2017	
AA.....	105	-	-	105	0,2	-	-	-	-	-	-
A.....	323	-	-	323	0,6	-	-	2	2	2	0,5
B.....	176	-	-	176	0,3	-	-	2	2	1	1,0
C.....	54.461	11	138	54.610	98,3	-	4	1.634	1.638	2.027	3,0
D.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	10,0
E.....	31	-	-	31	-	-	-	9	9	-	30,0
F.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	50,0
G.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195	70,0
H.....	242	41	35	318	0,6	41	35	242	318	825	100,0
Total em 2018	55.338	52	173	55.563	100,0	41	39	1.889	1.969	3.064	
Total em 2017	68.318	372	615	69.305	100,0	359	506	2.199	3.064	3.064	

c) Modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	Em 30 de junho - R\$ mil												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2018 (A)	%	2017 (A)	%
	Empréstimos e títulos descontados.....	-	-	-	52.860	-	-	-	-	-	52.860	95,1	64.160
Outros créditos.....	105	323	176	1.750	-	31	-	-	318	2.703	4,9	5.145	7,4
Total em 2018	105	323	176	54.610	-	31	-	-	318	55.563	100,0	69.305	100
%.....	0,2	0,6	0,3	98,3	-	-	-	-	0,6	100,0	100,0	69.305	100
Total em 2017	415	79	67.582	122	-	3	279	825	2.297.944	2.212.105	100	69.305	100
%.....	0,6	0,1	97,5	0,2	-	-	0,4	1,2	100,0	100,0	100	69.305	100

d) Setor de atividade econômica

Setor privado	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2018	%	2017	%
Serviços.....	54.085	97,3	66.469	95,9
Atividades imobiliárias e construção.....	53.989	97,1	66.469	95,9
Transportes e concessão.....	96	0,2	-	-
Pessoa física.....	1.478	2,7	2.836	4,1
Total	55.563	100,0	69.305	100,0

e) Concentração das operações de crédito

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2018	% (1)	2017	% (1)
Maior devedor.....	52.860	95,1	64.160	92,6
Dez maiores devedores.....	54.951	98,9	68.428	93,0
Vinte maiores devedores.....	55.412	99,7	69.059	99,6
Cinquenta maiores devedores.....	55.563	100,0	69.305	100,0

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$ mil	
	2018	2017
Saldo inicial em 31 de dezembro.....	2.104	7.471
- Provisão específica (2).....	202	422
- Provisão genérica (3).....	1.902	7.049
Constituição/(Reversão) de provisão.....	(108)	(4.319)
Baixas para prejuízo.....	(27)	(88)
Saldo final em 30 de junho (1).....	1.969	3.064
- Provisão específica (2).....	80	865
- Provisão genérica (3).....	1.889	2.199

(1) Inclui R\$ 383 mil (2017 - R\$ 1.139 mil) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 8);

(2) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e

(3) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e portanto, não enquadradas no item anterior.

A Instituição não teve operações recuperadas e renegociadas nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017.

9) OUTROS VALORES E BENS

Bens	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Custo	Provisão para perda	Custo líquido de provisão	
			2018	2017
Imóveis.....	82.382	(82.342)	40	225
Obras de arte.....	11.362	(11.362)	-	-
Veículos e afins.....	55	(55)	-	-
Despesas antecipadas.....	-	-	23	-
Total em 2018	93.799	(93.759)	63	225
Total em 2017	97.245	(97.020)	-	225

10) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participação em coligadas e controladas".

Empresas	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Lucro líquido	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2018	2017	2018	2017
Serel Participações em Imóveis S.A. (1).....	550.000	2.134.681	1.640	-	11.356734	37.390	242.430	232.910	4.246	7.937
BEC - DTVM Ltda.	29.000	53.295	-	28.999	99.999996	809	53.295	51.431	809	1.458
Tecnologia Bancária S.A. (1) (2).....	465.333	425.848	338.790	-	9.022183	(8.789)	39.547	39.271	(793)	2.719
Marselha Holdings Ltda. (1).....	344.800	655.881	-	188	0,054640	13.988	358	364	8	14
Total geral							335.630	323.976	4.270	12.128

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e

(2) Para fins de Equivalência Patrimonial foi considerado o Balanço Patrimonial de 31.5.2018.

11) IMOBILIZADO DE USO

	Em 30 de junho - R\$ mil				
	Taxas	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2018	2017
Imóveis de uso:					
Instalações, móveis e equipamentos.....	10%	599	(283)	316	375
Sistema de comunicação e processamento de dados.....	20%	124	(117)	7	29
Total em 2018		723	(400)	323	404
Total em 2017		723	(319)	404	404

12) INTANGÍVEL

	Em 30 de junho - R\$ mil				
	Taxas	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
				2018	2017
Software.....	20%	565	(432)	133	247
Total em 2018		565	(432)	133	247
Total em 2017		565	(318)	247	247

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é do PIS e da COFINS no montante de R\$ 781.733 mil (2017 - R\$ 794.926 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo no início do 1º semestre de 2018	2.398	98.026	795.764
Atualização monetária	78	359	16.863
Constituições liquidadas de reversões	-	(261)	-
Pagamentos	(104)	-	-
Saldo no final do 1º semestre de 2018 (Nota 14)	2.372	98.124	812.627
Saldo no final do 1º semestre de 2017 (Nota 14)	1.523	97.838	773.032

(1) Compreende, substancialmente obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) de Autuação de IRPJ e CSLL relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 638.922 mil (2017 - R\$ 590.405 mil); e b) Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o transito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 269.891 mil (2017 - R\$ 258.886 mil).

Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em Liquidação, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no balanço de fechamento de 3 de novembro de 2011, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	18.893	66.818
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 23c)	156.634	133.588
Impostos e contribuições a recolher	7.526	8.574
Total	183.053	208.980

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Provisões fiscais (Nota 13b)	812.627	773.032
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 13b)	100.496	99.361
Outras obrigações (1)	24.075	29.198
Provisão para outras contingências	4.392	5.622
Outros	6.137	5.621
Total	947.727	912.834

(1) Inclui: (i) Montante a devolver ao Estado do Rio de Janeiro, de R\$ 12.279 mil (2017 - R\$ 12.303 mil), decorrente de obrigações contidas no Edital de Venda do Berj; e (ii) Montantes devidos aos diversos credores habilitados durante o regime de liquidação deste Banco de R\$ 8.510 mil (2017 - R\$ 8.501 mil).

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 3.087.000 mil (2017 - R\$ 3.087.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 155.463 ações ordinárias (2017 - 155.463 ações ordinárias).

b) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Reservas de lucros	496.733	1.785.619
Legal (1)	201.659	202.243
Estatutária (2) (3)	295.074	1.583.376

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutária, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado; e

(3) Em 16 de outubro de 2017, foi definido na Ata da Diretoria, a deliberação do pagamento de dividendos no valor de R\$ 1.280.000 mil por meio da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de lucro sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativo aos semestres findos em 30 de junho, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil	
	2018	2017
Lucro líquido do semestre	44.381	66.391
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(2.219)	(3.320)
Base de cálculo ajustada	42.162	63.071
Dividendos	10.540	15.768
Percentual em relação à base de cálculo ajustada ..	25,0%	25,0%
Valor em Reais por ação	67,80	101,43

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Benefícios	3.873	5.082
Proventos	2.708	4.637
Encargos sociais	798	1.145
Participação dos empregados no lucro	168	196
Total	7.547	11.060

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Serviços técnicos especializados	1.567	2.017
Condomínios	626	679
Aluguéis	216	211
Serviços de terceiros	192	431
Propaganda, publicidade e publicações	111	112
Depreciações e amortizações	96	97
Sistema financeiro	87	134
Transportes	46	14
Outros	307	283
Total	3.248	3.978

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Contribuição à COFINS	3.242	9.635
Contribuição ao PIS	527	1.566
Despesas com impostos - IPTU	648	1.164
Impostos e taxas	262	381
Total	4.679	12.746

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Atualização sobre depósitos vinculados	20.083	37.163
Atualização monetária sobre precatórios a receber	12.723	22.242
Reversão de provisão operacional	1.191	2.949
Juros sobre impostos a compensar	703	1.333
Recuperação de encargos e despesas	414	758
Outras	15	-
Total	35.129	64.445

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Varição monetária passiva (1)	16.870	33.562
Provisões cíveis	380	834
Outras contingências	133	178
Provisões trabalhistas	49	3
Outras (2)	2.230	14.534
Total	19.662	49.111

(1) Refere-se aos juros SELIC sobre provisões fiscais; e

(2) Em 2017, inclui R\$ 12.712 mil referente à reversão de juros sobre precatórios a receber.

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Reversão de desvalorização de outros valores e bens	1.039	3.269
Resultado na baixa de valores e bens	66	168
Rendas de aluguéis	38	125
Outras (1)	532	523
Total	1.675	4.085

(1) Inclui receitas sobre alienação de bens imobilizados no montante de R\$ 381 mil (2017 - R\$ 330 mil).

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador direto (Banco Bradesco Cartões S.A.), controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Controladores		Coligadas e Controladas	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Aplicações no mercado aberto	410.781	247.473	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.423.581	2.721.269	-	-
Títulos e valores mobiliários	68.896	203.955	-	-
Dividendos a receber	-	-	8	59
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.378	-	-
Dividendos a pagar	10.540	15.768	-	-

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil			
	Controladores		Coligadas e Controladas	
	2018	2017	2018	2017
Receitas de intermediação financeira	61.033	127.544	-	-
Despesas de intermediação financeira	(372)	(5.071)	-	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(3.240)	(1.515)	-	-
Despesas de aluguéis	-	-	(216)	(211)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 - A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.
- Para 2018, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.463 mil (2017 - R\$ 11.500 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 5.550 mil (2017 - R\$ 11.800 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.
- Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em 3 parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Proventos	1.883	3.780
Total	1.883	3.780

Benefícios pós-emprego

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Planos de previdência complementar de contribuição definida	3.061	4.673
Total	3.061	4.673

O BERJ não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

23) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	79.235	111.724
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(35.656)	(50.276)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	1.922	5.458
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.268)	(2.349)
Outros valores (2)	148	1.834
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(34.854)	(45.333)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

(2) Inclui, basicamente, (i) IRPJ/CSLL decorrente de adesão ao PERT; (ii) as deduções incentivadas; e (iii) baixa de crédito tributário de CSLL.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(38.940)	(102.589)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no semestre sobre adições temporárias	4.086	57.256
Total dos ativos fiscais diferidos	4.086	57.256
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(34.854)	(45.333)

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			Saldo em 30.6.2018
	Saldo em 31.12.2017	Constituição	Realização	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.837	45	338	4.544
Provisões cíveis	39.546	152	239	39.459
Provisões fiscais	325.226	6.792	-	332.018
Provisões trabalhistas	1.046	20	96	970
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	122.515	2.060	-	124.575
Provisão para desvalorização de bens não de uso	37.919	-	416	37.503
Ajuste <i>Mark to Market</i> no resultado (títulos para negociação)	2.001	-	2.001	-
Outras provisões	43.992	148	2.041	42.099
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	577.082	9.217	5.131	581.168
Prejuízo fiscal e base negativa	17.030	-	-	17.030
Total dos créditos tributários (Nota 8) (1)	594.112	9.217	5.131	598.198
Obrigações fiscais diferidas (Nota 14a)...	146.388	10.546	300	156.634
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	447.724	(1.329)	4.831	441.564

(1) No que diz respeito aos efeitos temporários produzidos pela adoção da Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20%, os respectivos créditos tributários, são constituídos com base na expectativa de sua realização.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2018 - R\$ mil				Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Prejuízo fiscal	Base negativa	
2018	2.389	1.655	-	-	4.044
2019	30.376	18.321	-	-	48.697
2020	6.937	4.256	-	-	11.193
2021	6.937	4.256	-	-	11.193
2022	316.740	189.290	-	-	506.030
2023	6	5	15.971	1.059	17.041
Total	363.385	217.783	15.971	1.059	598.198

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos, tributários monta a R\$ 543.528 mil (2017 - R\$ 574.087 mil) sendo R\$ 528.566 mil (2017 - R\$ 557.190 mil) de diferenças temporárias e R\$ 14.962 mil (2017 - R\$ 16.897 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do BERJ foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 156.634 mil (2017 - R\$ 133.588 mil) relativo a ganho de capital R\$ 17.859 mil (2017 - R\$ 18.100 mil),

R\$ 5.283 mil (2017 - R\$ 859 mil) relativo a marcação de mercado e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 133.492 mil (2017 - R\$ 114.629 mil).

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O BERJ, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Gerenciamento de capital

Em função de estar inserido no processo de gerenciamento de capital adotado pela Organização Bradesco que se utiliza de seus conglomerados financeiro e econômico financeiro do Bacen, o BERJ não dispõe de processo individual para adequação do Patrimônio de Referência.

c) Benefícios a empregados

O BERJ é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do BERJ são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do BERJ são de 5% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante os semestres totalizaram R\$ 3.061 mil (2017 - R\$ 4.700 mil).
d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 30 de junho de 2018, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2018.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5 S-RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradesco Berj S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Berj S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Berj S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 27 de agosto de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

HOTÉIS CHAMI S/A

CNPJ Nº 42.446.716/0001-67

Relatório da Diretoria: Srs. Acionistas: Cumprindo as disposições legais, apresentamos o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras levantadas em 31/12/2017 e 31/12/2016, que estão à disposição de V.sas., em nossa sede social, juntamente com todos os documentos. Rio de Janeiro, 31/12/2017. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2017					
	2017	2016	2017	2016	
ATIVO			PASSIVO		
Ativo Circulante	4.198.639,66	4.605.367,98	Passivo Circulante	4.567.522,93	3.829.772,41
Caixa/Bancos/Aplicações Financeiras	1.075.398,36	1.735.525,58	Fornecedores/Financiamentos Curto Prazo	706.419,07	573.048,71
Contas a Receber	2.378.488,68	2.147.076,03	Obrigações Sociais e Salários	1.615.704,03	759.998,85
Estoques	744.752,62	722.766,37	Impostos e Contribuições a Pagar	455.985,66	302.301,82
Ativo Não Circulante	2.473.937,98	1.877.856,58	Capital a Restituir/JCP a Pagar	189.037,47	1.737.587,15
Despesas do Exercício Seguinte	735,65	2.557,03	Créditos Diversos e Financiamentos	1.600.376,70	456.835,88
Empréstimo a Sócios	189.037,47	0,00	Patrimônio Líquido	2.105.054,71	2.653.452,15
Depósitos Judiciais	76.240,08	74.266,32	Capital Social	2.000.000,00	2.000.000,00
Investimentos - Obras de Artes	41.336,62	41.336,62	Reserva de Capital	210.671,63	271.806,35
Investimentos - Obras de Artes - IPC	35.548,86	35.548,86	Reserva Legal	0,00	221.872,32
Imobilizado	9.897.964,52	9.265.050,73	Reserva de Lucro	0,00	159.773,48
Depreciação Acumulada	(7.771.425,22)	(7.545.402,98)	Prejuízo do Exercício	(105.616,92)	0,00
Intangível	4.500,00	4.500,00	Total do Passivo	6.672.577,64	6.483.224,56
Total do Ativo	6.672.577,64	6.483.224,56			
Demonstração do Resultado apurado em 31/12/2017 e 31/12/2016					
	2017	2016	2017	2016	
(+) Receita Operacional Bruta	18.742.740,86	23.307.583,21	(+) Receitas Não Operacionais	10.200,00	0,00
(-) Impostos Incidentes	1.521.637,68	1.774.715,39	(=) Resultado do Período Base	(84.083,07)	2.424.962,25
(=) Receita Operacional Líquida	17.221.103,18	21.532.867,82	(-) I.R.P.J. - Lucro Real	13.443,11	604.514,60
(-) Custos de Mercadorias e Serviços	2.871.554,14	3.236.121,43	(-) C.S.L.L. - Lucro Real	8.090,74	226.265,26
(=) Lucro Bruto	14.349.549,04	18.296.746,39	(=) Resultado Líquido do Exercício	(105.616,92)	1.594.182,39
(-) Despesas Operacionais	14.443.832,11	15.871.784,14			
Demonstração das Mutações Patrimoniais em 31/12/2017					
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Lucros e Perdas
Saldo em 31/12/2016	2.000.000,00	271.806,35	221.872,32	159.773,48	0,00
Reserva Legal	0,00	0,00	(221.872,32)	0,00	0,00
Reserva de Lucro	0,00	0,00	0,00	(159.773,48)	0,00
Redução de Capital	0,00	(61.134,72)	0,00	0,00	(61.134,72)
Resultado Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	(105.616,92)
Saldo em 31/12/2017	2.000.000,00	210.671,63	0,00	0,00	2.105.054,71

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2017 e 2016: 1 - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela lei nº 11.638, de 28/12/2007 e pela medida provisória nº 449, de 03/12/2008. 2 - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão

presentadas de acordo com a deliberação CVM nº 547, de 13/08/2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábil. 3 - Os estoques estão avaliados pelo preço médio de aquisição. 4 - O imobilizado está demonstrado pelo preço de aquisição e devidamente depreciado pelo método linear. 5 - As Reservas Legal e de Lucro foram revertidas em sua totalidade e distribuídas aos acionistas. 6 - A Reserva de Capital foi revertida parcialmente e distribuída aos acionistas.

JOSÉ CARLOS PEREZ CHAMI - Diretor Presidente

LUCIENE ROSA DE SÁ - CRC-RJ - 096517/O-7/CPF 051.429.917-70